TOMADA DE

PREÇOS

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 00\*/2016**

|  |  |
| --- | --- |
| **MODALIDADE:** | **TOMADA DE PREÇO Nº 00\*/2016** |
| **DATA DE ABERTURA** | **\_\_ de \_\_\_\_\_\_ de 2016** |
| **HORÁRIO** | **\_\_\_ horas** |
| **OBJETO** | Contratação de empresa para fornecer gêneros alimentícios para a Merenda Escolar, para atender a (**UNIDADE ESCOLAR),** no município de\_\_\_\_\_\_, conforme Edital e Anexos. |
| **TIPO** | **Menor preço por lote** |
| **LOCAL** | \*\*\* |
| **FONE** | (62) \*\*\* |
| **PROCESSO N. º** | \*\*\*/cód. Escola |
| **INTERESSADO** | Conselho Escolar\*\*\* |

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº00\*/2016/C.ÓD. DA ESCOLA\*\*\*\***

**TOMADA DE PREÇO Nº 00\*/2016**

O Presidente da Comissão de Licitação do Conselho Escolar \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, doravante denominada SEDUCE, designada pela **Portaria nº \*\*\*/SEDUCE, de \*\*/\*\*/\*\*\*\*,** torna público aos interessados, que estará reunida às **00\* horas do dia de de 2016**, na \*\*\*\*\*, a fim de receber, abrir e examinar Propostas e Documentação de empresas que pretendam participar da Tomada de Preço nº **00\*/2016**, em epígrafe, do **Tipo Menor Preço Por Lote,** destinado a Contratação de empresa para fornecer gêneros alimentícios da Merenda Escolar, para atender a Unidade Escolar..............., no município de ....., conforme Edital e Anexos, para atender demanda na Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte, conforme Processo n.º: \*\*\*\*, esclarecendo que a presente licitação será regida pelas normas estabelecidas neste Edital e na Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Federal nº 11.947/09, Resolução CD/FNDE nº 38/09 e Lei Federal nº 11.326/06 e sua alterações.

Na hipótese de não haver expediente na data acima, fica a presente licitação, automaticamente, transferida para o primeiro dia útil subseqüente àquele, na mesma hora e local, salvo por motivo de força maior, ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

# DO OBJETO

* 1. Contratação de empresa para fornecer gêneros alimentícios para a Merenda Escolar, para atender **a (UNIDADE ESCOLAR)**, no município de ............., conforme Edital e Anexos.
  2. O quantitativo de gêneros alimentícios a serem adquiridos poderá ser REDUZIDO de acordo com a demanda de alunos e clientelas do semestre;

1.3 A avença se efetivará por meio de contrato, com vigência de \*\*(\*\*) meses, a partir da outorga do referido instrumento pela Procuradoria-Geral do Estado ou pelo Procurador-Chefe da Advocacia Setorial da Pasta, condicionada a sua eficácia à publicação no Diário Oficial do Estado.

# CONDIÇÕES GERAIS

* 1. Somente poderão participar do presente Tomada de Preços, empresas especializadas no ramo, legalmente constituídas, que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital.
  2. A presente licitação ficará a cargo da Comissão de Licitação, a qual competirá:
     1. Receber os envelopes documentação e propostas;
     2. Examinar a documentação, habilitando ou não os participantes, de conformidade com as exigências do edital;
     3. Proceder ao julgamento das propostas, observando os fatores do “Critério de Julgamento”, constantes do item 07 deste instrumento;
     4. Lavrar Ata circunstanciada a cada fase do procedimento licitatório, relatando os fatos e decisões que vierem a ser tomadas.
     5. Informar os recursos que porventura forem apresentados contra os seus atos na presente licitação;
     6. Submeter à apreciação superior as decisões proferidas pela Comissão;
     7. Promover a divulgação dos seus atos pertinentes ao procedimento licitatório, através do quadro próprio de avisos da Comissão de Licitação, e por Publicação no Diário Oficial do Estado - DOE e Jornal de Grande Circulação Regional, conforme o caso.
  3. Poderão, a critério da Comissão, ser desconsiderados erros ou omissões irrelevantes que não resultem em prejuízos para o entendimento da proposta e para o seu julgamento, ou para o serviço público.
  4. A Licitação contém os Anexos abaixo relacionados os quais fazem partes integrantes e inseparáveis deste Edital para todos os efeitos legais:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| ANEXO I | **-** | Termo de Referência |
| ANEXO II | **-** | Minuta Contratual |
| ANEXO III | **-** | Carta de Apresentação da Documentação |
| ANEXO IV | **-** | Termos de Sujeição do Edital |
| ANEXO V  ANEXO VI  ANEXO VII  ANEXO VIII | **-**  **-**  **-**  **-** | Carta Apresentação Proposta  Declaração que não emprega menor  Declaração - Inexistência de Fato Impeditivo  Comprovante de Recibo do Edital |

* 1. Para os produtos de origem animal, deve ser apresentada documentação comprobatória de Serviço de Inspeção expedida pelo órgão competente.
  2. Os produtos deverão ter o prazo mínimo de validade de \_\_\_\_ (\_\_\_) dias após a entrega, devendo todos os itens ser de boa qualidade e de acordo com o as exigências descritas neste edital. (**Obs.:** a Unidade Escolar deve indicar o prazo mínimo de validade de cada tipo de produto a ser adquirido).
  3. Controle de qualidade dos gêneros alimentícios (produtos): Todos os produtos deverão atender ao disposto na legislação sobre alimentos, inclusive nas normas expedidas pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
  4. A proponente vencedora é responsável pela qualidade físico-química e sanitária dos produtos licitados.
  5. A Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte, por intermédio de seu órgão competente (Unidade Escolar), reserva-se ao direito de recusar todo e qualquer produto que não atenda as especificações constantes neste Edital e na legislação pertinente.
  6. A Subsecretaria (ou Conselho Escolar) poderá avaliar todos os tipos de produtos, a qualquer tempo, em relação à sua qualidade e peso liquido e não aceitará os que não atendam as exigências previstas neste Edital e na legislação pertinente.
  7. A Subsecretaria (ou Conselho Escolar) poderá solicitar Laudo Técnico, elaborado por órgão comprovadamente qualificado, de análise da conformidade do produto com as normas constantes da especificação.
  8. A Subsecretaria (ou Conselho Escolar) poderá submeter à análise, em laboratório por ela credenciado, o produto entregue pela CONTRATADA, em qualquer fase da sua distribuição, para avaliar a sua conformidade com as especificações constantes neste edital e na sua proposta apresentada na licitação pela proponente.
  9. As verduras e legumes deverão proceder de espécies genuínas e sãs e satisfazer as seguintes condições mínimas: a) serem frescas e sãs; b)terem atingido grau de maturação que lhes permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas de consumo; c)serem colhidas cuidadosamente e não estarem golpeadas ou danificadas por quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica que afetem a aparência das folhas e a inflorescência deverá se apresentar intactas e firmes; d) estarem isentas de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa; parasitas, larvas e outros animais nos produtos e nas embalagens; umidade externa anormal; odor e sabor estranhos e quaisquer enfermidades.
  10. Não serão aceitos produtos podres, danificados ou passados;
  11. Os produtos que foram submetidos a algum tipo de processamento, deverão estar embalados, rotulados e com data de validade;
  12. A rotulagem dos produtos, inclusive a nutricional, deverá seguir a legislação específica em vigor;
  13. Não serão aceitas embalagens amassadas, oxidadas, com vazamentos ou qualquer outro defeito que possa comprometer a qualidade do produto;
  14. No ato do recebimento dos produtos, somente serão aceitas embalagens nas quantidades e medidas especificadas no Edital;
  15. Em caso de não conformidade, entre o produto entregue e o cotado, a CONTRATADA será comunicada e deverá, de imediato providenciar a reposição dos produtos na quantidade referente ao lote reprovado.

# DA PARTICIPAÇÃO

* 1. Somente poderão participar do presente Tomada de Preços as empresas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação requerida neste Edital e ainda, que contiver no seu ramo de atividade, inserido no contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, a faculdade para execução do serviço, constante dos Anexos deste Edital.
     1. **Somente poderão participar da presente licitação empresas que comprovarem obter na data da licitação, capital social mínimo ou Patrimônio Liquido igual a 10%(dez por cento) do valor total estimado no certame, por meio de balanço integralizado do último exercício, atualizado e registrado na Junta Comercial. As sociedades recém constituídas poderão participar do certame apresentando o balanço contábil de abertura;**
  2. A participação na licitação importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste Edital.
  3. Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de um licitante.
  4. **NÃO PODERÃO CONCORRER, DIRETA OU INDIRETAMENTE, NESTA LICITAÇÃO:**
     1. Empresas em estado de falência ou concordata, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
     2. Empresa que estiver suspensa do direito de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão ou entidade da administração pública Federal, Estadual ou Municipal, circunstância que sujeitará o responsável, caso participe nesta condição, à pena prevista no art. 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93. Este veto ocorrerá em qualquer uma das fases desta licitação;
     3. Pessoa física ou pessoa jurídica que tenham elaborado o projeto básico ou de execução, ou seja, empresa que, isoladamente ou em consórcio, seja responsável pela elaboração do projeto ou da qual o autor do projeto seja sócio, dirigente ou responsável técnico, ou integrante da equipe técnica, conforme disposto no artigo 9° incisos I e II da Lei 8.666/93;
     4. Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa ou instituição da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico;
     5. Empresa que esteja suspensa de licitar junto ao CADFOR - Cadastro de Fornecedor da SUPRILOG - Superintendência de Suprimentos e Logística da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás – SEGPLAN;
     6. Empresa que esteja reunida em consórcio ou grupo de empresa.
     7. Empresa que não atenda as exigências deste Edital.
     8. Empresas cujos sócios ou diretores ou representantes legais pertençam, simultaneamente, a mais de uma firma licitante.
     9. Empresas que incorrerem nas penalidades previstas no art. 87, incisos III e IV, da Lei n. º 8.666/93;
     10. Empresas que tendo fornecido para a Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte não demonstrem situação regular para com a Seguridade social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
  5. Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de uma firma na presente licitação. Caso ocorra, serão as respectivas licitantes inabilitadas.
  6. É facultado à licitante a presença do diretor, sócio ou representante legal na sessão de abertura do presente Tomada de Preços não excluindo, porém, a exigência de apresentação do documento constante dos subitens 4.2.1 e/ou 4.2.2 do item 04 - Da Documentação, deste Edital.
  7. Somente terá o direito de usar a palavra, rubricar a documentação e propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas, o representante legal da empresa, comprovadamente constituído.
  8. Quando da participação de empresas filial em nome próprio, somente será aceita se expressamente autorizada pela matriz, salvo por determinação estatutária, que também deverá ser comprovada. Neste caso, toda documentação exigida constante do item 04 – Da Documentação, deste Edital, deverá ser referente à matriz, sendo obrigatória, **também, a apresentação de todos os documentos que comprovem a regularidade fiscal da filial.**
  9. No caso de participação da empresa matriz, toda documentação exigida será a ela relativa, não sendo aceito nenhum documento referente à filial.

# DA DOCUMENTAÇÃO / HABILITAÇÃO

**CONSELHO ESCOLAR \*\*\*\*\***

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**TOMADA DE PREÇO Nº 00\*/2016/Cód.da Escola\*\*\*\***

**ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO**

* 1. Encerrada a fase de habilitação, se todas as licitantes desistirem expressamente do direito de recorrer das decisões a ela pertinentes, após assinar o Termo de Renúncia, os envelopes contendo as propostas das licitantes serão abertos e anunciados os valores das mesmas, devolvendo-se lacrados os envelopes das licitantes inabilitadas, procedendo-se registro em ata.
     1. Para fins de habilitação, as Licitantes deverão apresentar devidamente **homologado e atualizado**, cadastro no **CADFOR** - da SUPRILOG da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás – SEGPLAN, sita à Av. República do Líbano, nº 1.945, 1º andar, Setor Oeste – CEP: 74.125-125 – Goiânia – GO – Telefone: (62)3201-6515/6516, ou Cadastro de Fornecedor emitido pela Prefeitura ou SICAF;
     2. As licitantes interessadas deverão apresentar no dia, horário e local de abertura desta licitação, mencionados no preâmbulo do Edital, à Comissão de Licitação, a documentação e proposta exigidas neste instrumento, em invólucros separados e lacrados, sendo o **primeiro** com o subtítulo **“DOCUMENTAÇÃO**” e o **segundo** com o subtítulo “**PROPOSTA**”, contendo em suas partes externas além da razão social da empresa licitante, a indicação com os seguintes dizeres**: “CONSELHO ESCOLAR\*\*\*\*** – COMISSÃO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO **Nº 00\*/2016”.**
     3. A Comissão de Licitação não se responsabilizará por propostas e/ou documentos que não forem entregues diretamente à mesma no horário e data estabelecidos neste instrumento.
     4. Após a hora e data estabelecidas neste Instrumento Convocatório, com tolerância de 15 (quinze) minutos, nenhum documento ou proposta será recebido pela Comissão.
     5. Não serão aceitas documentações e propostas via fax, protocolo e/ou similares, e somente serão recebidos os mesmos se forem entregues em envelopes devidamente lacrados.
     6. A “Documentação” deverá ser apresentada em um único invólucro, devidamente lacrado, contendo os dizeres mencionados no subitem 4.1.3, deste Edital em papel timbrado, encadernadas separadamente, contendo o número do CNPJ, Inscrições Municipal e ou Estadual, endereço, e-mail, telefone/celular, etc., devendo suas páginas ser **numeradas seqüencialmente, com todas as páginas rubricadas, sendo a última página de cada via, datada e assinada pelo representante legal da empresa** com poderes para tal investidura, e conterá, obrigatoriamente, a cargo da Comissão de Licitação, os documentos abaixo relacionados:
  2. **RELATIVAMENTE à REGULARIDADE JURÍDICA:**
     1. Cópia da cédula de identidade do representante legal (diretor, sócio ou superintendente) da empresa licitante, caso não haja procurador legalmente constituído, nos termos do subitem seguinte.
     2. Mandato procuratório com firma reconhecida em cartório, acompanhada de cópia da cédula de identidade do outorgado, caso o responsável pela proponente seja procurador legalmente constituído e em caso de substabelecimento também deverá estar qualificado e identificado e com firma reconhecida em cartório. O atendimento a este subitem suprime a exigência do item 4.2.1, e vice-versa;
     3. Registro comercial, no caso de empresa individual;
     4. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
     5. Decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
     6. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício.
  3. **Relativamente à REGULARIDADE FISCAL:**
     1. Prova de regularidade com o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
     2. Certificado de Regularidade do F.G.T.S.- CRF, expedida pela Caixa Econômica Federal- (www.caixa.gov.br)

4.3.3 Certidão negativa de débito em relação a tributos e contribuições federais, expedida pela Receita Federal-CONJUNTA ([www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)), e inclusive as contribuições previdenciárias;

4.3.4. Certidão negativa de débito em relação a tributos estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do Estado sede da licitante;

4.3.5. Certidão negativa de débito em relação a tributos municipais, expedida pela Prefeitura Municipal, do Município sede da licitante;

4.3.6. Prova de regularidade com a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.3.7. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.3. 8.. Para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, ou quando houver alteração contratual que altere os dados da empresa, tais como: endereço, categoria, quadro societário, objeto comercial e capital, as licitantes deverão apresentar Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado onde for a sede da Licitante, dentro dos últimos **06** (seis) meses, constando no referido documento a sigla ME ou EPP.

4.3.9. Se a documentação enviada nos termos do subitem anterior for proveniente de microempresa ou de empresa de pequeno porte e apresentar alguma restrição quanto à regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de **04** (quatro) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

4.3.9.1.A Declaração do vencedor de que trata o subitem anterior acontecerá no momento posterior ao julgamento das propostas, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

4.3.9.2.A não-regularização da documentação, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

* 1. **RELATIVAMENTE à REGULARIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA:**
     1. Certidão emitida pelo CARTÓRIO DISTRIBUIDOR CÍVEL, da sede ou domicílio da licitante, que comprove inexistir distribuição de ações de falência e recuperação judicial, em quaisquer dos cartórios dos feitos de falência da Comarca de sua sede.
     2. Balanço Patrimonial e demonstração contábil do último **exercício social**, já exigíveis na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da proponente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. O referido balanço deverá ser devidamente certificado por profissional registrado no Conselho de Contabilidade, mencionando obrigatoriamente, o número do livro diário e folha em que o mesmo se acha transcrito, bem como cópia do Termo de abertura e encerramento, com a numeração do registro na JUNTA COMERCIAL. O mencionado subitem não se aplica às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme dispõe o art. 3º do Decreto nº 6.204 de 05/09/2007, bem como art. 2º do Decreto nº 7.466 de 18/10/2011.
        1. A comprovação da boa situação financeira da empresa proponente será comprovada com base no balanço apresentado, e deverá, obrigatoriamente, **ser formulada e apresentada em papel timbrado da empresa,** assinada por profissional registrado no Conselho de Contabilidade e pelo diretor, sócio ou representante da empresa, com poderes para tal investidura, aferida mediante índices e fórmulas abaixo especificadas:

ILG = (AC+RLP) / (PC+ELP) ≥ 1

ILC = (AC) / (PC) ≥ 1

ISG = AT/(PC+ELP) ≥1

**Onde:**

ILG = índice de liquidez geral

ILC = índice de liquidez corrente

ISG = índice de solvência geral

AT = ativo total

AC = ativo circulante

RLP = realizável a longo prazo

PC = passivo circulante

ELP = exigível a longo prazo

PL = patrimônio líquido

* + - 1. Das empresas constituídas **no ano em exercício independente de sua forma societária e regime fiscal**, será exigida apenas a apresentação do Balanço de Abertura, dispensando-se o exigido nas alíneas 4.4.2 e 4.4.2.1.
  1. **RELATIVAMENTE à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** 
     1. **Apresentar atestado (s) de capacidade técnica**, que comprove já haver a licitante, fornecido os produtos pertinentes ao objeto desta licitação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado;
     2. Apresentar Certificado, Declaração ou Alvará Sanitário, emitido pelo órgão competente, que comprove que a empresa licitante foi vistoriada pelo Serviço de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, ou pelo Serviço de Inspeção Federal – SIF, no prazo estabelecido oficialmente, demonstrando que a empresa está apta para o seu funcionamento regular e comercialização do produto pertinente ao objeto da licitação; O certificado ou Alvará mencionado acima terá validade até o dia 31/12 de todos os anos.
     3. Carta de Apresentação da Documentação contendo todas as informações e declarações, conforme consta do Anexo III deste Edital.
     4. Apresentar Declaração de Termos de Sujeição ao Edital, conforme Anexo IV.
     5. Apresentar Declaração que não emprega menor, de que não mantém em seu quadro de pessoal menor de 18 (dezoito anos) em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não possuindo ainda, qualquer trabalho de menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme artigo 27, V da Lei 8.666/93, conforme anexo VI;
     6. Apresentar Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo, conforme Anexo VII;
  2. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
  3. Os documentos e certidões requeridos neste Edital poderão ser emitidos através da internet, desde que constante do envelope documentação, facultado à Comissão, aferir a veracidade dos mesmos (não será permitida cópia de documentação emitida pela internet).
  4. Os documentos relativos à **Habilitação (Envelope n. º 1) e à Proposta (Envelope n. º 2)** serão apresentados em original ou por qualquer processo de cópia, devidamente autenticada por cartório competente, ou solicitado à devida autenticação pela Comissão Especial de Licitação. (ATENÇÃO: A CRITÉRIO DA COMISSÃO).
  5. Todos os documentos exigidos para a habilitação que não contenham expressamente prazo de validade, e inexistindo legislação específica regulamentando a matéria, deverão, sob pena de inabilitação, apresentar data de expedição, limitada a **60** (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua emissão, observado o art. 110 e seu parágrafo único da Lei 8.666/93, excluindo-se desta exigência o Contrato Social, Acervo Técnico e os subitens 4.2.1, 4.4.2.2 e 4.5.2 deste item. Caso exista legislação específica regulamentando prazo de documento que não tenha expressado o prazo de validade, esta deverá vir anexada ao mesmo.
  6. Em nenhum caso será aceita, quer na hora da abertura dos envelopes, quer posteriormente, a apresentação ou inclusão de documentos de habilitação que não fizerem constar do respectivo envelope de documentação.
  7. De toda documentação apresentada em fotocópia autenticada, suscitando dúvidas, poderá ser solicitado o original para conferência, no prazo de **24** (vinte e quatro) horas, registrando-se em Ata tal ocorrência.
  8. Também motivará a inabilitação para os atos subseqüentes da licitação, falta de comprovação do ramo de atividade comercial vinculado aos produtos descritos nos Anexos constantes deste Edital.

# DA PROPOSTA

**CONSELHO ESCOLAR (\*\*\*\*)**

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**TOMADA DE PREÇO Nº 00\*/2016/Cód. da Escola\*\*\*\*\***

**ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA**

* 1. A licitante deverá formalizar sua proposta levando em consideração os preços estimados orçados pelo Conselho Escolar (conforme Termo de Referência – Anexo I), para contratação dos produtos, objeto da presente licitação, em um único invólucro, devidamente lacrado, contendo os dizeres mencionados no item 5, impressa ou datilografada em papel timbrado, contendo o número do CNPJ, Inscrições Municipal e ou Estadual, endereço etc, redigida em língua portuguesa, elaborando a cotação de acordo com as especificações constantes, em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas, condições substanciais escritas à margem ou entrelinhas que comprometam a clareza da mesma, devendo suas páginas serem numeradas seqüencialmente, com todas as páginas rubricadas, sendo a última página de cada via, datada e assinada pelo representante legal da empresa licitante com poderes para tal investidura, constituída dos seguintes elementos:
     1. A proposta deverá conter o preço para o fornecimento dos alimentos, expressos em moeda corrente nacional, admitindo-se após a vírgula somente **02** (duas) casas decimais, discriminado os preços expressamente, obedecendo às especificações mínimas constante do Edital, em algarismo arábico (unitário e total por item) por extenso global.

5.1.1.1- A licitante deverá indicar na proposta, para efeito de dados para emissão da assinatura do contrato, o nome completo de seu representante legal, a posição que ocupa no contrato social, sua nacionalidade, estado civil e profissão, bem como o número de sua carteira de identidade e do seu CPF.

5.1.2. Deverá declarar expressamente o prazo de validade não inferior a **120 (cento e vinte) dias** corridos conforme anexo V, a contar da data de sua apresentação;

* + 1. Os erros de soma e/ou multiplicação, eventualmente configurados na Proposta Comercial das empresas licitantes, serão corrigidos pela Comissão Julgadora de Licitações. Havendo divergência entre o preço unitário e o preço total, prevalecerá o preço unitário e o total será corrigido, sendo que no caso de valores expressos em algarismos e por extenso, prevalecerá este último.
    2. A licitante deverá indicar na proposta, para efeito de dados para emissão e assinatura do contrato, o nome completo de seu representante legal, o n. º da Carteira de Identidade e CPF;
    3. Indicação do número da conta corrente e a agência da Instituição Financeira em que a empresa é correntista, para efeito do fornecimento a serem prestados;
    4. Carta Proposta assinada por diretor, sócio ou representante da empresa licitante com poderes devidamente comprovado para tal investidura, contendo informações e declarações conforme anexo V deste Edital;
    5. Será desclassificada a proposta, cuja especificação estiver incompatível com o (s) objeto (s) especificado (s) nos anexos constantes deste instrumento, ou ainda, aquelas que omitirem as especificações mínimas solicitadas.
  1. São expressamente vedadas as subcontratações total e parcial do contrato.
  2. Não será admitida cotação opcional para os objetos, constantes deste Edital. Caso ocorra, serão igualmente desconsideradas a cotação principal e a opcional.
  3. Em nenhuma hipótese será admitida cotação parcial em referência ao quantitativo total dos produtos requeridos neste instrumento, ocasião em que será (ão) desclassificada (s) a (s) proposta (s) que incorrer (em) neste ato.
  4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital ou baseada nas ofertas das demais licitantes.
  5. Não será levada em consideração a proposta que não estiver devidamente assinada por representante da empresa licitante com poderes devidamente comprovado para tal investidura.
  6. Será desclassificada a proposta que não atender às exigências do ato convocatório desta licitação, salvo quando apresentar omissões simples e irrelevantes para entendimento da proposta e/ou procedimento licitatório, bem como para isonomia entre os licitantes, podendo, neste caso, a critério da Comissão, ser relevada.
  7. O Valor estimado da presente licitação é o constante do Anexo I.

# DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

* 1. Na data, hora e local designado neste Edital, em ato público, a COMISSÃO DE LICITAÇÃO receberá em envelopes distintos e fechados ou lacrados contendo, os documentos exigidos para habilitação e propostas.
  2. Caso haja anuência unânime das licitantes participantes, visando a organicidade e agilidade dos trabalhos licitatórios, a Comissão de Licitação promoverá sorteio de **03** (três) licitantes, para compor uma comissão representativa das demais licitantes, auxiliando a Comissão de Licitação na verificação e rubrica da documentação e proposta.
  3. Serão inicialmente abertos, em sessão pública, os envelopes contendo os documentos referentes à fase de habilitação que, após conhecidos pelos licitantes e examinados pela Comissão de Licitação serão julgados, dando-se imediata comunicação do resultado se presente todos os licitantes, caso contrário, será o mesmo Publicado na Imprensa Oficial. Caso a Comissão julgue necessário, poderá suspender os trabalhos licitatórios para posterior exame dos documentos e julgamento da fase de habilitação, da qual lavrará Ata como de Lei, publicando o resultado no Diário Oficial do Estado (§ 1º do art. 109 da Lei 8.666/93).
  4. Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, os envelopes contendo as propostas permanecerão devidamente lacrados, sendo rubricados pela Comissão e licitantes presentes, ficando em poder daquela até que seja julgada a habilitação.
  5. Será procedida a abertura dos envelopes contendo as propostas das licitantes habilitadas, após transcorrido o prazo sem interposição de recursos, ou tenha havido renúncia expressa do prazo recursal das licitantes habilitadas e inabilitadas ou após o julgamento dos recursos interpostos.
  6. A Comissão manterá em seu poder os envelopes propostas das licitantes inabilitadas, devidamente rubricados, até o término do período recursal, de que trata o inciso I do artigo 109 da Lei nº 8.666/93, e serão devolvidos, no estado em que foram entregues à Comissão.
  7. Das reuniões para recebimento e abertura dos envelopes de documentação e proposta, serão lavradas atas circunstanciadas, que mencionarão todas as ocorrências que interessarem ao julgamento da Licitação, devendo as mesmas serem assinadas pelos membros da Comissão e pelas Licitantes presentes.

# DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

* 1. O julgamento será realizado pela Comissão de Licitação, de acordo com o que dispõe o art.45 da Lei 8.666/93, observando os seguintes fatores:
     1. O julgamento será realizado com base no menor preço **por lote.**
     2. Será declarada vencedora a proposta que apresentar **menor preço por lote**, desde que atenda a todas as exigências estabelecidas neste instrumento;
     3. Caso seja necessário a Comissão de Licitação poderá valer-se de auxílio de técnicos da área referente ao objeto desta licitação para realização do julgamento;
     4. Em caso de empate será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
        1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, sejam iguais ou até **10%** (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
     5. Para efeito do disposto no subitem 7.1.4, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
        1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
        2. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.1.4.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

* + - 1. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no subitem 7.1.4.1, será realizado sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro, poderá apresentar melhor oferta.
      2. Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos subitens 7.1.4. e 7.1.5., o produto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
      3. O disposto nos subitens 7.1.4. e 7.1.5. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
  1. No caso de empate entre duas ou mais propostas fora dos casos disciplinados nos subitens 7.1.4. e 7.1.5., será observado o que dispõe será observado o que dispõe o art. 3º, § 2º da Lei nº 8.666/93. Persistindo o empate, a Comissão de Licitação realizará sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, consoante §2º do art. 45 da citada Lei, vedado qualquer outro processo.
     1. Uma vez convocadas as empresas empatadas e estas não atenderem ao chamado, a Comissão realizará o sorteio sem a sua presença.
  2. O não cumprimento de uma ou mais exigências constantes deste instrumento, ensejará a inabilitação do proponente ou a desclassificação da proposta, conforme o caso.
  3. A Comissão de Licitação poderá promover diligências em qualquer fase da licitação, nos termos do § 3º, do art. 43 da lei 8.666/93;
  4. Será desclassificada a proposta, cuja especificação estiver incompatível com o (s) produtos (s) especificados nos Anexos requerido neste Edital, ou ainda, aqueles que omitirem as especificações mínima solicitadas.
  5. Não será permitido o oferecimento de qualquer desconto sobre o preço ofertado.
  6. Se a licitante vencedora deixar de firmar o contrato no prazo estabelecido, o CONSELHO **(NOME DO CONSELHO)** poderá, nos termos do § 2º, do Art. 64 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto ao preço.
  7. O julgamento das propostas ocorrerá dentro do prazo de validade das mesmas, dando-se conhecimento do resultado, em sessão pública que poderá ser marcado para tal fim, desde que presentes todos os licitantes habilitados, caso contrário será o mesmo Publicado no Diário Oficial do Estado.
  8. Será inabilitada a licitante que não comprovar, na fase de habilitação, capital ou patrimônio liquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado para contratação.

# DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

* 1. A presente licitação correrá a conta dos seguintes Recursos Orçamentários:
* Dotação Compactada: (XXXXXXX)
* Classificação Orçamentária: (XXXXXXXX)
* Natureza: 3.3.90.39.40
* Fonte: 20 /TE e 09 / FNDE – SE/QE ––
* Valor: R$ \*\*\*\* (\*\*\*) **(AQUI SERÁ O VALOR ESTIMADO A SER CONTRATADO PELA EMPRESA VENCEDORA):** R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_)
* Data: \*\*\*\*\* **(DATA DO DINHEIRO CRÉDITADO NA CONTA CONSELHO ESCOLAR/Previsão)**

# DA HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO

* 1. Transcorrido o prazo recursal e decididos os recursos eventualmente interpostos, o processo licitatório será submetido à apreciação do **CONSELHO (NOME DO CONSELHO),** para adjudicação do seu produto à (s) licitante (s) vencedora (s) e homologação da licitação, convocando-se após, a (s) respectiva (s) para assinatura do contrato.

# DO CONTRATO/EXECUÇÃO

* 1. O fornecimento deverá ser executado conforme o Termo de Referência.
  2. As obrigações decorrentes desta licitação a serem firmadas entre a CONTRATANTE e a proponente vencedora serão formalizadas por meio de contrato, observando-se as condições estabelecidas neste edital e seus anexos, legislação vigente e na proposta vencedora.
  3. O prazo para a assinatura do contrato será de até **05** (cinco) dias úteis, contados da convocação da licitante.

10.3.1 Comprovação e atualização da documentação e certidões na forma legal, das exigências declaradas e apresentadas neste edital.

* 1. A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do fornecimento contratados nos limites estabelecidos no § 1º do Art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

10.4.1 os acréscimos ou supressões aludidas no item anterior somente se darão mediante justificativa manifesta expressamente pelo titular da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte.

# DO PRAZO DE ENTREGA/DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1 O fornecimento deverá ser executado conforme o Termo de Referência a contar da data emissão da Ordem de Fornecimento, **sendo que a esta devera ser efetuada somente após assinatura do Presidente do Conselho Escolar (NOME DO CONSELHO).**

11.2 se a licitante vencedora deixar de fornecer os objetos dentro do prazo e nas condições preestabelecidos sem manifestação por escrito e aceita pela Contratante, sujeitar-se-á às penalidades deste Edital e legislação pertinente.

11.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

11.4 Caberá à Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte, por meio das Subsecretarias Regionais, a coordenação, supervisão e fiscalização dos trabalhos objeto deste Edital.

# DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

* 1. Todos quantos participarem desta licitação, têm o direito público subjetivo à observância do pertinente procedimento, nos termos deste instrumento convocatório, e da Lei nº 8.666/93 e legislação pertinente.
  2. Decairá do direito de impugnar, perante a administração, os termos deste Edital de licitação aquele que, tendo-o aceito sem objeção, vier a apontar, depois da abertura dos trabalhos licitatórios, falhas ou irregularidades que o viciarem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
  3. Dos atos decorrentes da execução desta Tomada de Preços cabem recursos nos casos e formas determinados pelo art. 109 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.
  4. O recurso será interposto por escrito no prazo de **05** (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, devendo ser dirigido ao CONSELHO **(NOME DO CONSELHO),** através da Comissão de Licitação competente, e protocolado.
  5. Interposto o recurso, será comunicado às demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de **05** (cinco) dias úteis.
  6. O recurso será dirigido ao CONSELHO (**NOME DO CONSELHO**), por intermédio da Comissão de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão em até **05** (cinco) dias úteis, contados do término do prazo concedido às demais licitantes para oferecimento de possíveis impugnações, de que trata o item anterior, ou nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado.
  7. Subindo o recurso, a Secretária de Estado de Educação, Cultura e Esporte proferirá a sua decisão no prazo de **05** (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, proveniente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO.
  8. Os recursos preclusos ou intempestivos não serão conhecidos.

# DO PAGAMENTO E DO REAJUSTAMENTO

13.1 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias corridos e efetuado por meio de **Transferência Bancária** em **conta jurídica** para o mesmo banco do **CONTRATANTE** contendo as respectivas Notas Fiscais, devidamente atestadas por quem de direito, uma vez concluído o processo legalmente adotado pelo Conselho Escolar (NOME DO CONSELHO), para solução de seus débitos.

13.2. Somente será efetuado o pagamento da parcela mediante a emissão da Nota Fiscal, e ATESTADA pelo **(NOME DO CONSELHO);**

13.3 O Conselho Escolar **(NOME DO CONSELHO**), pagará, à contratada, o valor do fornecimento, em parcelas mensais de acordo com o Edital;

13.4 Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

13.4 Certidão de Regularidade de Débitos em relação a Tributos Municipais, expedida pela Prefeitura do Município no qual a empresa se localiza.

# DA RESCISÃO DO CONTRATO

14.1 O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

14.2. Por mútuo interesse e acordo das partes;

14.3. Unilateralmente pelo Conselho **Escolar (NOME DO CONSELHO),** sem pagamento de qualquer indenização independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial se os serviços revelarem má qualidade, má conduta ou perdurar continuada indisponibilidade dos serviços;

14.4. Unilateralmente pelo Conselho Escola**r (NOME DO CONSELHO**), sem pagamento de qualquer indenização e independente de interpelação judicial ou extrajudicial, se for decretada concordata ou falência da licitante vencedora;

14.5. Não cumprir quaisquer das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.

14.6. Cumprir irregularmente as cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos.

14.7 A lentidão do seu cumprimento, levando o Conselho Escolar **(NOME DO CONSELHO)** a comprovar a impossibilidade do fornecimento no prazo estipulado.

14.8 O atraso injustificado do fornecimento.

14.9. Os casos de rescisão previsto no item 15.1.1 desta Cláusula, acarretarão as consequências previstas no Artigo 80, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato.

14.10 O contrato poderá também ser rescindido, sendo devido à contratada a devolução da garantia, se houver; os pagamentos devidos pelo fornecimento do objeto do contrato até a data da rescisão; o pagamento do custo de desmobilização, e o ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, desde que não tenha concorrido com culpa direta ou indireta, nos seguintes casos:

14.11 Quando a Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte suprimir o fornecimento além do limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

14.12 Quando a Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte mediante ordem escrita, suspender a execução do contrato, por prazo superior a **120** (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, greve de servidores das Unidades Escolares, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, sendo facultado à contratada optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

14.13 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

14.14 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

14.15 O presente contrato poderá ainda, ser rescindido, por mútuo acordo, atendida a conveniência da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte mediante autorização expressa e fundamentada da Diretoria, tendo a contratada direito de receber o valor dos objetos fornecidos.

# DAS PENALIDADES

15.1. Se a contratada, sem justa causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, responderá, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, às penalidades e sanções pertinentes à matéria.

15.2 O atraso injustificado no fornecimento adjudicado sujeitará à adjudicatária, multa de mora, no valor de 10% (dez por cento) do valor adjudicado. A multa será descontada dos pagamentos ou da garantia, quando houver, ou ainda, se for o caso, cobrado judicialmente. Caso persista o atraso na entrega ou fornecimento do objeto adjudicado, poderá ser anulado o contrato, e conseqüentemente a aplicação das penalidades previstas nos itens seguintes:

15.3 Advertência conforme o caso.

15.4 Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte no prazo não superior a 02 (dois) anos.

15.5. Em função da natureza e/ou gravidade da infração cometida, a licitante poderá, ainda, ser declarada inidônea. Observado a competência nos termos do § 3º do art. 87 da Lei 8666/93, facultada a defesa do interessado no respectivo processo.

15.6. Demais casos previstos no art. 79 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

# DAS SANÇÕES ADMINSTRATIVAS

* 1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto ou o executar de forma ineficaz, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração e será descredenciado do CADFOR, pelo prazo de até **05** (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.
  2. Pelo atraso injustificado na execução do objeto da licitação; pela recusa de assinar o contrato no prazo máximo de **05** (cinco) dias, contados da data da convocação, sem prejuízo das demais sanções regulamentares previstas, o contratado estará sujeito à aplicação de multa de mora, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total adjudicados nesta Tomada de Preços, por dia de inadimplência, até o limite de **10** (dez) dias, quando, então, incidirá em outras cominações legais.
  3. Pela inexecução total ou parcial dos serviços objeto da licitação, sem prejuízo das demais compensatória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da concentração, respeitados os direitos do contraditório e da ampla defesa.
  4. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte.
  5. Os valores das multas de mora poderão ser descontadas da garantia contratual e/ou da Nota Fiscal, no momento do pagamento ou de créditos existentes na Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte em relação à Contratada, na forma da lei, respeitados os princípios da ampla defesa e do contraditório.
  6. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e pro conveniência administrativa, mediante ato do Secretário de Estado de Educação, Cultura e Esporte devidamente justificado.
  7. Pela inexecução total ou parcial do objeto da licitação, a depender da gravidade do ato praticado, a Administração poderá optar pela aplicação da pena de Advertência, nos termos do inciso I do art. 87 da Lei nº 8.666/93.
  8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CADFOR, e no caso de suspensão de licitar a licitante deveram ser descredenciadas por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
  9. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **5** (cinco) dais úteis.
  10. A sanção estabelecida no inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 é de competência exclusiva da Secretária de Estado de Educação, Cultura e Esporte facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de **10** (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após **2** (dois) anos de sua aplicação.
  11. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado á licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

# DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

* 1. Após a apresentação da proposta, não será admitida retificação quanto à cotação, ficando a proponente sujeita às condições, prazo de entrega, garantia, marca do produto e preço proposto para cumprimento do contrato.
  2. A apresentação da proposta vincula o licitante proponente aos termos e condições gerais e especiais deste instrumento convocatório, funcionando como manifestação de inteira aceitação e submissão às normas ora estabelecidas.
  3. Havendo interesse do poder público, o presente instrumento poderá ser transferido, revogado total ou parcial, ter reduzida ou aumentada a sua quantidade (respeitados os limites estabelecidos no art.65 da Lei nº 8.666/93), sem que caiba aos proponentes qualquer direito à indenização ou reclamação, nos termos da Lei pertinente.
  4. À licitante vencedora é vedado transferir, total ou parcialmente o objeto deste Edital, ficando obrigada, perante ao **CONSELHO (NOME DO CONSELHO),** pelo exato cumprimento das obrigações decorrentes desta licitação.
  5. Em observação à Resolução CODEFAT-224/99, obedecidas as exigências legais, recomendamos que as contratações dos trabalhadores pelas licitantes vencedoras sejam intermediadas pelo SINE/GO.
  6. As dúvidas oriundas deste Edital serão dirimidas de acordo com a Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e na omissão desta, pelas demais diplomas legais Federais, Estaduais e Municipais e pela Comissão de Licitação do Conselho **(NOME DO CONSELHO)** da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte.
  7. As dúvidas surgidas, serão sanadas diretamente pelo e-mail:adriana.coliveira@seduc.go.gov.br
  8. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da Proposta;
  9. O representante ou preposto só poderá manifestar durante o procedimento licitatório caso apresente no Envelope 01(documentação), documento procuratório e identidade do representante ou preposto, com reconhecimento de firma e autenticado respectivamente.
  10. Para conhecimento dos interessados, expediu-se o presente Edital, que terá sua cópia afixada no quadro próprio de avisos da Comissão de Licitação, localizado na Av. \*\*\*, bem como, Publicação na imprensa, estando a Comissão de Licitação à disposição dos interessados no horário de \*\*h às \*\*h e das \*\*h às \*\*h, pelo fone/fax (062) \*\*\*, nos dias úteis.
  11. A não solicitação de informações complementares, por parte das proponentes interessadas, implica na tácita admissão de que as informações técnicas e jurídicas foram consideradas suficientes.

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO Conselho Escolar \*\*\*\*\***, \*\*\*\*** em \*\*\*\*, aos \*\* dias do mês de \*\*\*\*\* de 2016.

**\*\*\*\***

**Presidente da Comissão de Licitação**

**\*\*\*\*\***

**1º MEMBRO**

|  |  |
| --- | --- |
| **\*\*\*\*\*\*** | \*\*\*\*\*\* |
| **2º MEMBRO** | **SECRETÁRIA** |

# 

# ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **UNID** | **QUANT** | **DISCRIMINAÇÃO DO PRODUTO** | **PREÇO UNIT.(R$)** | | **PREÇO TOTAL (R$)** |
| 01 | Pct | \*\*\* | **Arroz grão longo fino tipo I.** É o produto constituído de grãos de arroz (*Oriza Sativa L*.), classe longo fino, submetidos a beneficiamento e classificação de acordo com padrões estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, safra recente. O produto deverá ser constituído de matérias-primas sãs, limpas e isentas de matéria terrosa, de parasitas e de detritos animais e/ou vegetais. Acondicionado em embalagem plástica de 5 Kg, contendo a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade.  **Obs.: não colocamos a marca, mas podemos exigir a marca que vai ser entregue.** |  | | **R$ \*\*\*** (\*\*\*\*) |
| **VALOR TOTAL ESTIMADO** | | | | | **R$ \*\*\*\*** | |
| **ENTREGA DOS PRODUTOS**  **( ) MENSAL ( ) QUINZENAL ( ) SEMANAL**  **( )INTEGRAL ( ) IMEDIATA ( X )PARCELADA**  **LOCAL DA ENTREGA DOS PRODUTOS:** | | | | | | |

**OBS: O quantitativo de gêneros alimentícios a serem adquiridos poderá ser REDUZIDO de acordo com a demanda de alunos e clientelas do semestre.**

**Obs**.: Para esclarecimentos de eventuais dúvidas a respeito deste, a empresa deverá entrar em contato com o Conselho Escolar \*\*\*, no Colégio Estadual \*\*\*, na Rua \*\*\*\*, \*\*\* – Goiás - fone/fax (062) \*\*\*, das \*\*h às \*\*h e das \*\*h às \*\*h, nos dias úteis.

-

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO do Conselho Escolar \*\*\*\*\*, no município de \*\*\*\* - Goiás, aos \*\*\* dias do mês de \*\*\*\*de 2016.

Presidente da Comissão de Licitação

# ANEXO II – MINUTA CONTRATUAL

Contrato n. º /2016 que celebram o **ESTADO DE GOIÁS**, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E A EMPRESA**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, para os fins que especifica, sob as condições a seguir descritas:

**O ESTADO DE GOIÁS,** por intermédio do **CONSELHO ESCOLAR .......................... CNPJ N. º ...................................**, pessoa jurídica de direito público interno, representado neste ato pela (o) Presidente ..........................................., brasileira, ............., residente e domiciliada neste ................, inscrita no RG sob o nº...................... SSP-GO, e no CPF sob o nº.............................................., doravante denominada CONTRATANTEe a Empresa ....................................... pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos registrados no (a) JUCEG, sediada em ........................, na .................................... inscrita no CNPJ/MF sob o nº .................................. Inscrição Estadual nº ............ doravante denominada apenas **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado, e celebram, de conformidade com a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, Lei Federal nº 11.947/09, Resolução CD/FNDE nº 38/09 e Lei Federal nº 11.326/06 e sua alterações, o **Contrato nº. \*\*\*/2016**, conforme Edital **Tomada de Preços n. º \*\*\*/2016 do Conselho Escolar ............................,** Processo n. º **\*\*\*\*.........................** mediante as cláusulas e condições a seguir delineadas.

##### 1- CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto deste ajuste a **Contratação de empresa para fornecer gêneros alimentícios para a Merenda Escolar, para atender a ...., no município de ....., conforme Edital e Anexos**, de acordo com as quantidades e especificações constantes no **Termo de Referência – Anexos,** integrantes do **Edital Tomada de Preços nº \*\*\*/2016,** tipo **Menor Preço por Lote,** e seus anexos, assim como dos autos  **do Processo nº \*\*\*\*\*2016,** quesão partes integrantes deste Contrato**,** independentemente de transcrição**.**

**1.2 -** Os quantitativos previstos nesta Cláusula poderão sofrer alteração, até o limite permitido pela legislação específica vigente, de acordo com as necessidades e conveniências do **CONTRATANTE.**

**2- CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES:**

**2.1- DA CONTRATANTE:**

**2.1. -** Compete à **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**, **CULTURA E ESPORTE** por intermédio do Conselho Escolar;

**2.1.1 -** Acompanhar os produtos fornecidos pela CONTRATADA, cabendo aos membros da Comissão designada pela CONTRATANTE, receber, conferir e atestar os produtos objeto da licitação;

2.1.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor e época estabelecidos na Cláusula Terceira.

2.1.3. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa prestar os serviços dentro das normas deste Contrato, dos documentos que o acompanham e da legislação pertinente e em vigor.

2.1.4. Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas no Contrato;

2.1.5. Comunicar à CONTRATADA quaisquer irregularidades observadas na execução do fornecimento contratados.

**2.2 - DA CONTRATADA:**

2.2.1. Além de outras responsabilidades definidas neste contrato, no Edital Tomada de Preços nº \*\*\*/2016 e na Proposta, a CONTRATADA se obriga à:

2.2.1.1. Fornecer os Alimentos deste contrato, de acordo com o Termo de Referência – Anexo I, após autorização específica da Subsecretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte nos termos estabelecidos na Cláusula Primeira, nos locais e endereços determinados pela contratante primando pela qualidade dos mesmos, semanalmente, obedecendo às especificações constantes deste Contrato, da Proposta e do Edital Tomada de Preços nº \*\*/2016 e seus Anexos;

2.2.1.2. Providenciar a imediata substituição do fornecimento fora das especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I, do padrão de qualidade exigido e aprovado ou com problemas de impressão;

* + - 1. Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Caso a participação no certame se de através de matriz, com possibilidade de que a execução contratual se dê por filial, ou vice-versa, a prova de regularidade fiscal deverá ser de ambas;
      2. Cumprir, rigorosamente, os prazos estabelecidos no Edital.
  1. Considerar que a ação de fiscalização da CONTRATANTE de maneira alguma exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.
  2. Atender, manter e disponibilizar todas as exigências e condições constantes do Anexo I – Termo de Referência do Edital Tomada de Preço nº \*\*/2016.
  3. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhista, previdenciários, fiscais, e comerciais resultantes da execução do contrato;
  4. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, sem excluir ou reduzir essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado;

2.7. É obrigação da contratada do certame acompanhar o andamento do processo, a emissão da Ordem de Fornecimento se for o caso e, ainda, a retirada das respectivas vias das mesmas nos setores competentes desta Pasta, independente de notificação.

* 1. No caso de as obrigações serem cumpridas por filial a mesma deverá apresentar os documentos que comprovem a sua regularidade fiscal e, ainda, deverá mantê-la durante toda execução do contrato;
  2. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela SUBSECRETARIA DE ESTADO EDUCAÇÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.
  3. Arcar com eventuais prejuízos causados ao processo e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;
  4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsão legal;
  5. Arcar com todas as despesas como transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva da contratada;
  6. São expressamente vedada a subcontratação total e parcial do contrato;
  7. Repor imediatamente o produto que apresente danos em decorrência do transporte, ou quaisquer outros motivos e substituí-los, sem ônus para a o CONSELHOR ESCOLAR E/OU SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE a partir do recebimento da notificação.
  8. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no Edital.

**3- CLÁUSULA TERCEIRA –** Pelos serviços executados a contratada receberá da CONTRATANTE R$ XXXXX (valor por extenso). O pagamento será efetuado por **Transferência Bancária** para **conta jurídica** e mesmo Banco da CONTRATANTE, a contar da certidão de que os serviços foram prestados e fornecidos, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente atestados pelo setor competente, designado pela Subsecretaria/Conselho Escolar contendo o número do processo, do contrato, a descrição individualizada dos itens com os seus valores unitário e total, bem como as Certidões de Regularidade Fiscal Federal, Estadual e Municipal devidamente atualizadas, inclusive a do município onde os serviços serão fornecidos, de acordo com a determinação legal.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA**

No preço ora contratado estão incluídos todos os impostos com despesas de transportes, taxas, tributos previdenciários ou quaisquer outros encargos, mesmo não especificados, necessários ao cumprimento do presente contrato.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA**

No caso de eventual atraso de pagamento, o valor devido poderá ser atualizado utilizando-se dos índices do INPC (índice Nacional Preços ao Consumidor), da fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, e na falta deste, será aplicado o IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado), da Fundação Getúlio Vargas, ou ainda, de conformidade com o índice específico eleito pelo Governo Federal que regula a variação dos serviços, no período.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA**

Os alimentos serão entregues de acordo com o Anexo I – Termo de Referência, após a autorização específica da UNIDADE ESCOLAR\*\*\*\*. A autorização deverá ser feita somente após assinatura do termo contratual pelo Presidente do Conselho Escolar\*\*\*, cuja eficácia será condicionada à publicação. Poderá ser aumentado o quantitativo inicialmente previsto no referido contrato, nos limites permitido no art. 65 da Lei 8.666/93.

**3.1 - DO PAGAMENTO:**

**3.1.1 -** Os serviços custarão à **CONTRATANTE R$ .............................. (................................................................),** que serão pagos à **CONTRATADA** de acordo com Edital.

**3.1.2 –** No caso de eventual atraso de pagamento, o valor devido poderá ser atualizado utilizando-se índices econômicos oficiais, de acordo com as normas legais e de mercado INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e na falta deste, será aplicado o IGPM (Índice Nacional de Preços de Mercado), da Fundação Getúlio Vargas, ou ainda, de conformidade com o índice específico eleito pelo Governo Federal que regula a variação de valor dos serviços, no período.

**3.1.3 -** O preço dos serviços, constante desta clausula, permanecerá inalterado até sua conclusão.

**3.1.4** – O Conselho Escolar \*\*\*\* pagará, à contratada, o valor do fornecimento, sendo que as faturas deverão ser apresentadas com os seguintes documentos anexados:

**3.1.4.2 -** Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);

**3.1.4.3 -** Certidão de Regularidade de Débitos em relação a Tributos Municipais, expedida pela Prefeitura do Município no qual a empresa se localiza.

**3.1.4.4 -** Cópia da matrícula - **CEI** - Cadastro Específico Individual;

**3.1.4.5 - Declaração Contábil –** Afirmando que a Empresa está em situação regular e que os serviços referentes à fatura apresentada estão contabilizados.

**3.1.4.6- Cópia do GFIP** -Guia de recolhimento do **FGTS** e Informações à Previdência Social.

**3.2-** Na hipótese da **CONTRATADA** não cumprir o disposto no item **3.1.4.4,3.1.4.5 e 3.1.4.6** ou for apurada alguma divergência nos documentos apresentados, a **CONTRATANTE** reterá o percentual de **11%** (onze por cento) sobre o valor dos serviços constante da nota fiscal, de acordo com o art. 31 da Lei n° 9.711, de 20.11.98.

**3.3-** Pelo fornecimento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor de R$ ...( ) até o 30º (trigésimo) dia do mês subseqüente, a contar da certificação de que os produtos foram entregues e aceitos, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura **devidamente atestada**, contendo o número da Tomada de Preços, do contrato, a descrição individualizada dos materiais e quantidades fornecidas com os preços unitários, bem como, quando for o caso, dos serviços prestados com os respectivos valores e o **VALOR TOTAL.**

**4-CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS:**

4.1 - Os recursos orçamentários para a cobertura das despesas decorrentes têm seu **valor estimado** em R$ XXXXX (por extenso). A classificação destas despesas dar-se-á da seguinte forma:

* **-Dotação Orçamentária:** (XXXXXXX)
* **--Classificação Orçamentárial:** (XXXXXXX)

**-Natureza:** 3.3.90.39.40

**-Fonte:** 20 /TE e 09 / FNDE – SE/QE ––

**-Valor total (AQUI SERÁ O VALOR ADJUDICADO PELA EMPRESA VENCEDORA):** R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_)

**-Data:** \*\*\*\*\* **(DATA DO DINHEIRO CRÉDITADO NA CONTA CONSELHO ESCOLAR/Previsão)**

##### 5- CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA / PRAZO / PRORROGAÇÃO:

**5.1** -O presente Contrato terá vigência de \_\_\_\_ (\*\*\*\*) meses **(ATENÇÃO: DEFINIR A VIGÊNCIA DE ACORDO COM O PRAZO DA PORTARIA**) contados da emissão da Ordem de Fornecimento, estando sua eficácia condicionada à efetiva publicação na imprensa oficial.

**5.2 - A CONTRATADA** manterá, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**5.3 - PRAZO:**

**5.3.1 -** O prazo concedido para o fornecimento total do objeto será conforme estabelecido no Anexo I Termo de Referência.

**5.4 - PRORROGAÇÃO:**

**5.4.1 -** O presente instrumento poderá ser prorrogado, por meio de termo aditivo, de acordo com a necessidade da contratante, a Lei Federal nº 8.666/93 e a legislação pertinente.

**06- CLÁUSULA SEXTA: “DAS SANÇÕES”**

**6.1 -** Em caso de inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, ficará a contratada sujeita às sanções previstas no art. 86 e seguintes da Lei n. º 8.666/93 alterada pela Lei n.º 9.648/98.**–** O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto ou executar de forma ineficaz, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantindo o direito prévio da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração e será descredenciado do **CADFOR**, pelo prazo de até **02** (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

**6.2 –** Pelo atraso injustificado na execução do objeto da licitação; pela recusa de assinar o contrato no prazo máximo de **03** (três) dias, contados da data da convocação, sem prejuízo das demais sanções regulamentares previstas, o contratado estará sujeito à aplicação de multa de mora, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total adjudicado, por dia de inadimplência, até o limite de **10** (dez) dias, quando, então, incidirá em outras cominações legais.

**6.3** – Pela inexecução total ou parcial dos serviços objeto da licitação, sem prejuízo das demais sanções regulamentares previstas, o contratado estará sujeito à multa compensatória, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, respeitados os direitos do contraditório e de ampla defesa.

**6.4 –** A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **10** (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Conselho Escolar (NOME DO CONSELHO).

**6.5 –** Os valores das multas de mora poderão ser descontadas da Nota Fiscal, no momento do pagamento ou de créditos existentes no Conselho Escolar (NOME DO CONSELHO) em relação à Contratada, na forma da lei, respeitados os princípios da ampla defesa e do contraditório.

**6.6** - As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Secretaria de Estado da Educação, devidamente justificado.

**6.7 -** Pela inexecução total ou parcial do objeto da licitação, a depender da gravidade do ato praticado, a Administração poderá optar pela aplicação da pena de Advertência, nos termos do inciso l do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

**6.8 –** As penalidades serão obrigatoriamente registrada no **CADFOR,** e no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

**6.9 -** As sanções previstas nos incisos l, III e lV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **05** (cinco) dias úteis.

**6.10 -** A sanção estabelecida no inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 é de competência exclusiva da Secretaria e Estado de Educação, Cultura e Esporte, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de **10** (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após **02** (dois) anos de sua aplicação.

**6.11** – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora contraditório e a ampla defesa.

**07 CLÁUSULA SÉTIMA**

**7.1-** Poderá ser aumentado o quantitativo inicialmente previsto no referido contrato, nos limites permitido no art. 65 da Lei 8.666/93.

**08- CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO**

O ajuste objeto deste Instrumento poderá ser rescindido:

1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA o direito a qualquer indenização e sem prejuízo das penalidades pertinente, aplicando quando cabível, o disposto no §2º do art. 79 da Lei 8.666/93. O descumprimento de qualquer Cláusula ou simples condição do Contrato, assim como execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à CONTRATANTE de rescindi-lo, mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada à defesa prévia.
2. Por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração;
3. Judicialmente, nos termos da legislação.

**8.1-** O presente contrato poderá ser rescindido, pela **CONTRATANTE**, através de interpelação extrajudicial, sem que a **CONTRATADA** tenha o direito a qualquer indenização quando:

**8.1.1 -** Não cumprir quaisquer das cláusulas contratuais, especificações ou prazos.

**8.1.2 -** Cumprir irregularmente as cláusulas contratuais, especificações e prazos.

**8.1.3 -** A lentidão do seu cumprimento, levando a **CONTRATANTE** a comprovar a impossibilidade de conclusão no prazo estipulado.

**8.1.4 -** O atraso injustificado no início do fornecimento.

**8.1.5 -** A decretação de falência da **CONTRATADA**, ou dissolução da Sociedade.

**8.1.6** - A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que prejudique a execução do contrato.

**8.1.7 -** Os casos de rescisão previstos nos itens **8.1.1** a **8.1.6** desta Cláusula, acarretarão as conseqüências previstas no Artigo 80, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato.

**8.2 -** O contrato poderá também ser rescindido, sendo devido à **CONTRATADA** a devolução da garantia, se houver; os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão; o pagamento do custo de desmobilização, e o ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, desde que não tenha concorrido com culpa direta ou indireta, nos seguintes casos:

**8.2.1 -** Quando a **CONTRATANTE** suprimir os serviços além do limite de **25%** (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

**8.2.2 -** Quando a **CONTRATANTE**, mediante ordem escrita, suspender a execução do contrato, por prazo superior a **120** (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, greve de servidores das Unidades Escolares, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, sendo facultado à **CONTRATADA** optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

**8.2.3 -** O atraso superior a **90** (noventa) dias dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE** decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

**8.2.4 -** A não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução do fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no contrato.

**8.2.5 -** Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

**8.2.6 -** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

**8.3 -** O presente contrato poderá ainda, ser rescindido, por mútuo acordo, atendida a conveniência da **CONTRATANTE**, mediante autorização expressa e fundamentada da SEDUCE, tendo a **CONTRATADA** direito de receber o valor do fornecimento prestado até a presente data.

##### 9- CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

**9.1-** O presente instrumento deverá ser publicado, por extrato, na imprensa oficial, dentro de **20** (vinte) dias, a contar da data da sua assinatura, correndo as despesas por conta do **CONTRATANTE.**

##### 10- CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

Este Contrato poderá ser revisto total ou parcialmente, a qualquer época, mediante prévio entendimento entre as partes, podendo ser alterado, nos casos e formas previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**10.1 -** Este contrato foi objeto de licitação, de acordo com o § 3º do art. 22 da Lei nº 8.666/93, conforme **edital n. º \*\*/2016 -**  do **Processo nº \*\*\*\*............................**./código da escola.

##### 11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LICITAÇÃO

O presente contrato é decorrente da modalidade Tomada de Preços Nº xxxx/2016, conforme Edital constante às fls.xxxx do Processo nº xxxx;/código da escola.

##### 12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

**12.1 -** O foro para dirimir quaisquer questões oriundas da execução do presente Contrato é o da Comarca de NOME DO SEU MUNICÍPIO **– do Estado de Goiás**, excluindo qualquer outro.

**12.2 –** Aos casos omissos deverão ser aplicados os seguintes diplomas legais: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, Lei Federal nº 11.947/09, Resolução CD/FNDE nº 38/09 e Lei Federal nº 11.326/06 e alterações.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente Instrumento, em **03** (três) vias de igual teor, na presença de (02) duas testemunhas.

**Conselho Escolar .......................................**, em ........., aos ......... dias do mês de ........ de 2016.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**CONTRATANTE CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

RG n. º: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ RG n. º: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CPF n. º: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ CPF n. º: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

# ANEXO III – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

Data:

Tomada de Preços n. º \*\*\*/2016

À \_\_\_ (Entidade de Licitação) \_\_\_

Prezados Senhores,

\_\_\_ (nome da empresa) \_\_\_, CNPJ/MF n. º \_\_\_, sediada \_\_\_ (endereço completo) \_\_\_, tendo examinado o Edital, vem apresentar a presente documentação para o fornecimento dos alimentos, de conformidade com o Edital mencionado.

Igualmente, declara que:

1. Está apresentando documentação para o fornecimento objeto deste Edital;
2. A nacionalidade da Empresa Licitante é \_\_\_ (indicar a nacionalidade) \_\_\_;
3. Sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, assim como que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências.
4. Sob as penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito anos) em horário noturno de trabalho ou em perigosos ou insalubres, não possuindo ainda, qualquer trabalho de menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
5. Sob as penas da lei, que conhece e se submete literalmente ao disposto no art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93, obrigação de manter durante todo o fornecimento dos ALIMENTOS, todas as condições de habilitação e as exigências de qualificação, especialmente, no que se refere à regularidade fiscal e especificação dos ALIMENTOS, inclusive o imposto devido – I.S.S.Q.N. dentre outros sob pena de ser declarada a inexecução do pacto e aplicadas às penalidades previstas na lei, sem prejuízo de ressarcimento de eventuais danos MATERIAIS à contratante; especificação do objeto deste instrumento, sob pena de ser declarada a inexecução do pacto e aplicadas às penalidades previstas na lei.
6. Declara de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público, ou suspensa do direito de licitar ou contratar com a Administração Estadual.
7. A CONTRATANTE, quando fonte retentora, descontará dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente, fazendo o recolhimento das parcelas retidas nos prazos legais.

Esta documentação constituirá um compromisso de nossa parte, observada as condições do Edital.

Localidade,\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ aos \_\_\_ dias de \_\_\_ de 2016.

\_\_\_ (assinatura) \_\_\_

Carimbo, nome e assinatura, do responsável legal com poderes para tal investidura.

Localidade, aos       dias de       de     .

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Carimbo, nome e assinatura do Responsável Legal da Empresa, com poderes para tal investidura

# 

# ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL

A \_\_ (nome da empresa) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ está de acordo com o Edital nº ......./2016/CÓDIGO DA ESCOLA -CONSELHO ESCOLAR..., DECLARA que:

01- Aceita as condições do presente Edital, das disposições técnicas, da minuta contratual, bem como de sujeição às condições fixadas pela Subsecretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte;

02 - Está ciente das condições da Licitação, que responderá pela veracidade das informações constantes da documentação e proposta que apresentar, e que fornecerá quaisquer informações e documentações complementares solicitadas pela Comissão de Licitação;

03 - Tem o conhecimento de todas as informações fornecidas são satisfatórias e corretas para o fornecimento dentro do prazo previsto no Edital;

04 - Fornecerá de acordo com as especificações fornecidas pela Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte;

05- Que executará o fornecimento de acordo com o (s) prazo (s) estabelecido (s) no Edital;

06 - Que Autoriza a Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte proceder quaisquer diligências junto às instalações da empresa e sua contabilidade e a terceiros, os quais o licitante mantém transações comerciais.

07 - **Que cumprimos todas normas relativas à saúde e segurança no trabalho.**

Localidade, aos       dias de       de     .

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do Responsável Legal da Empresa, com poderes para tal investidura.

# ANEXO V – CARTA PROPOSTA

**CARTA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

Data:

LICITAÇÃO Nº      /2016

À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR \*\*\*

Prezados Senhores,

Tendo examinado o Edital, nós, abaixo-assinados, apresentamos a presente proposta para o fornecimento dos alimentos, indicados no Termo de Referência de conformidade com o Edital mencionado, pelo valor apresentado na Proposta de Preços de \_\_\_ (preço da proposta em número e por extenso\_\_\_\_), já inclusos todos os custos, lucros e encargos fiscais.

Igualmente, declaramos que:

1. O fornecimento dos alimentos é de primeira qualidade;
2. Os preços contidos na proposta escrita e naqueles que, porventura, vierem a ser ofertados por meio de lances estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, impostos, taxa de administração, gêneros alimentícios, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.
3. Garantia de que o fornecimento dos alimentos será substituído, sem ônus para a Entidade de Licitação, caso não estejam de acordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos;
4. Os fornecimentos dos alimentos ofertados não apresentam vícios provenientes de projeto ou decorrentes de ato ou omissão da Licitante, que possam surgir pelo uso normal dos bens, nas condições existentes no Brasil.
5. Os fornecimentos dos alimentos serão entregues de acordo com o Anexo I – Termo de Referência e demais normas do Edital;
6. Caso a nossa proposta seja aceita, comprometemo-nos:
7. O fornecimento dos gêneros alimentícios no prazo previsto no Edital, contados a partir da data da emissão de empenho ou da comunicação emitida pela ADJUDICANTE;
8. Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de **120 (cento e vinte) dias** a contar da data de sua apresentação, ou seja, de sua abertura;

Até a emissão no Contrato, esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observadas as condições do Edital.

Localidade, aos       dias de       de     .

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Carimbo, nome e assinatura do responsável Legal da Empresa, com poderes para tal investidura.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Tomada de Preços nº: | | Data Abertura: | | | | | Hora: | |
| Local: | | | | | Processo nº: | | | |
| Nome da Empresa: | | | Razão Social: | | | | | |
| Endereço da Empresa: | | | | | | CNPJ nº: | | |
| Telefone: | | | Fax: | | | | | |
| Nome do Responsável Legal: | | | | | | | | CPF: |
| RG: Órgão Exp.: | | | | End.Residencial: | | | | |
| Telefone: | Fax: | | | | | Cel: | | |
| E-mail: | | | | | | | | |

**ANEXO VI – NÃO EMPREGA MENOR...**

**D E C L A R A Ç Ã O**

A empresa, ........................................................................, CNPJ/MF sob o nº. ......................., sediada à .................................na cidade de .................................,,..por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, **que não emprega menor de dezoito anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz.

Ressalva: emprega menor, a partir de Quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produzam os efeitos de direito.

(Cidade),........... de ................... de 2016.

Atenciosamente,

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

ASSINATURA - NOME E Nº DA IDENTIDADE DO DECLARANTE

**ANEXO VII – INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

### DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO

----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

CNPJ/CIC n. º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que até a presente data não existem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Local

\_\_\_\_\_\_ /\_\_\_\_\_\_ /\_\_\_\_\_

Data

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

#### Nome e n. º de Identidade do Declarante.

**ANEXO VIII - COMPROVANTE DE RECIBO DO EDITAL**

|  |
| --- |
| **RECIBO DO CONVITE Nº \*\*\*/2016**  CONSELHO ESCOLAR \*\*\*\*  **OBJETO:** Contratação de Empresa para fornecer gêneros alimentícios (arroz, feijão, macarrão, sal e outros), para atender a ...., no município de ....., conforme Edital e Anexos., proveniente da Fonte “\*\*” – SE/QE, de acordo com as especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital.  Razão Social: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  CNPJ: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Endereço: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Cidade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Telefone: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Celular: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Pessoa para contato: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_ |

Carimbo CNPJ

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

#### **Nome e assinatura da Empresa**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

O Presidente **(nome do presidente)** do CONSELHO ESCOLAR (**nome do conselho**) da Unidade Escolar **(nome da unidade),** no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no Edital de Licitação ------/-------/**código da escola**, e inciso VI do artigo 43 da Lei Federal n.8.666/93, e alterações posteriores, Lei Federal nº 11.947/09, Resolução CD/FNDE nº 38/09 e Lei Federal 11.326/06 e alterações.

**RESOLVE:**

**I - HOMOLOGAR** a licitação relativa à Contratação de empresa para fornecer gêneros alimentícios para a Merenda Escolar, a vista dos trabalhos realizados pela Comissão de Licitação nomeada pela Portaria -----/2016 de ----/----/2016 e considerar o respectivo processo licitatório concluído e REGULAR.

II - **ACATAR** a sugestão da dita Comissão e **ADJUDICAR** o objeto da citada licitação, à empresa vencedora do certame ------------------------------, CNPJ -------------------------------- pelo valor da proposta vencedora, ou seja, R$------------------ (por extenso) podendo ser firmado o respectivo contrato, ou iniciados os serviços tão logo decorridos os prazos recursais.

Afixe-se cópia deste termo no quadro de avisos da Unidade Escolar para que surtam os efeitos legais de publicidade pertinentes aos atos licitatórios.

CONSELHO ESCOLAR ---------------------, em \_\_\_\_\_\_\_\_/GO, aos -------dias do mês de -------- de ----------.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura Pres. Cons. Escolar

**ANEXOS**

**ATA DE FORMAÇÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Aos \_\_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_\_\_\_, reuniram-se os membros do Conselho Escolar \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

na sala \_\_\_\_\_\_\_\_às \_\_\_\_\_\_horas, para comunicar que a partir do ano de \_\_\_\_\_ será necessário realizar licitação para aquisição dos Gêneros Alimentícios referentes às fontes FNDE e TE do Programa Nacional de Alimentação Escolar. O Recurso será creditado posteriormente, em parcelas mensais, no Banco \_\_\_\_\_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_\_\_ Conta nº: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. De posse da palavra, o Presidente do Conselho Escolar; \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ esclareceu aos presentes, seguindo as orientações da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte que promova o procedimento licitatório e solicita aos demais que seja designada uma Comissão de Licitação, formada por 01 servidor efetivo da Unidade Escolar e 02 membros do Conselho Escolar juntamente com o Presidente do Conselho responsável pelos atos legais do processo licitatório. Diante do exposto o Presidente do Conselho solicitou aos presentes que indicassem o nome dos servidores que constituirão esta Comissão. Após discussões e esclarecimentos pertinentes ao assunto foram indicados os seguintes nomes: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Sendo assim, a Comissão de Licitação nomeada pelo Presidente do Conselho fica assim composta:

Presidente da Comissão de Licitação (Servidor Efetivo); \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

1º membro (Servidor Efetivo); \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

2º membro (Conselho Escolar): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

3º membro (Conselho Escolar): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

O Presidente esclareceu a todos que a Comissão de Licitação deverá comparecer a Subsecretaria Regional de Educação (colocar a Regional) para obter orientações e esclarecimentos sobre a condução do processo licitatório.

**PORTARIA N. º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/2016**

O Presidente do Conselho Escolar\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, no uso de suas atribuições;

**R E S O L V E:**

**DESIGNAR os servidores \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_** para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Licitação do Conselho Escolar \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

**C U M P R A – S E.**

Goiânia, aos \_\_\_\_\_\_\_\_dias do mês de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.

**PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR**

**DECLARAÇÃO DE FIXAÇÃO DO EDITAL EM LUGARES PÚBLICOS**

**CONSELHO ESCOLAR - --------------------**

**COLÉGIO ESTADUAL------------ --------**

**Rua ------------------------------ - GO.**

**Cidade--------------------------------**

## DECLARAÇÃO

Declaramos que foi afixado no placar de avisos do Colégio Estadual -------------------------**,** na Prefeitura Municipal de-------------------------- e na Subsecretaria Regional de Educação de \*\*\*\*\*, nesta data de \*\*/\*\*/2016, o Edital de Licitação, modalidade Tomada de Preços nº.00\*/2016, Processo nº \*\*\*\*, Fonte: 09 - FNDE, para Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar da Unidade Escolar------------------, estabelecida na Rua ------------------------, -----------, na cidade de------------------------- – GO.

Por ser verdade para documento, firmamos a presente declaração em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Presidente

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Membro Membro

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Membro

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL**

Declaramos que o Edital referente ao convite nº \_\_\_\_\_\_\_\_/2016 do Conselho Escolar \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ CNPJ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, no valor de R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_) está fixado no mural do C.E. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, no período de \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/20\_\_\_\_\_.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Goiânia, \_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Presidente da Comissão de Licitação

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, que a empresa [**nome da empresa fornecedora**], inscrita no CNPJ sob o nº 00.000.000/0000-00, estabelecida na Rua ............................, nº........., Bairro ............................, na cidade de ......................, Estado de .................., forneceu satisfatoriamente com destacada competência gêneros alimentícios/ Padaria/Supermercados e/outros.

Registramos, ainda, que a Empresa cumpriu fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone sua capacidade técnica e comercialmente, até a presente data.

Local e data

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

### [Nome do responsável]

**CPF nº 000.000.000-00**

**[Endereço da empresa, caso não possua papel timbrado]**

**Pode ser empresa privada/órgão publico (prefeitura, escolas, etc.)**

Tendo os representantes das empresas no final da abertura dos envelopes documentação concordado em não recorrerem á decisão da Comissão Permanente de Licitação, estes deverão assinar o “Termo de Renúncia”, para na mesma sessão prosseguir com abertura dos envelopes proposta.

|  |
| --- |
| **ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DOS TRABALHOS LICITATÓRIOS REFERENTE AO CONVITE Nº \_\_\_\_/2016**  Aos \_\_\_\_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_\_\_\_ de 2016, às \_\_\_\_\_\_ horas, reuniu-se no C. E. \_\_\_\_\_\_\_\_(local da licitação), localizada na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, a Comissão de Licitação, constituída pela portaria nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_\_\_\_(data da emissão da portaria) para, na forma da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, Lei Federal nº 11.947/09, Resolução CD/FNDE nº 38/09 e Lei Federal 11.326/06 e alterações, proceder a sessão de abertura dos trabalhos licitatórios do convite nº \_\_\_\_/2016, objeto do Processo nº \_\_\_\_\_\_\_\_/2016, oriundo da \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, destinado a contratação de pessoa jurídica para \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(objeto da licitação). Nos termos do § 3º do art. 22 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, Lei Federal nº 11.947/09, Resolução CD/FNDE nº 38/09 e Lei Federal 11.326/06 e alterações, o edital do procedimento licitatório em questão teve sua cópia afixada no placar deste órgão no dia \_\_\_\_\_\_\_\_\_ (no mínimo 05 dias úteis antes da abertura da licitação). Foram convidadas para participar do Convite epigrafado, as empresas: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Manifestaram interesse em participar do referido convite através do placar às empresas: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, conforme requerimentos constantes dos autos. Com tolerância de 15 (quinze) minutos do horário preestabelecido, a Comissão deu início aos trabalhos recolhendo os envelopes contendo documentação e proposta das empresas participantes. Em Seguida, com anuência de todos, promoveu-se o sorteio de 03 (três) deles, para representar os demais junto à mesa e auxiliar a Comissão no andamento dos trabalhos, sendo sorteados os representantes das empresas \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Inicialmente, a Comissão juntamente com os representantes das empresas retrocitadas, procedeu a abertura dos envelopes documentação para, análise, conferência e rubrica das empresas sorteadas e das demais participantes que são: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (empresas que compareceram á abertura, ou enviaram seus envelopes)**.** Concluída a análise e conferência da documentação nenhuma irregularidade fora constatada com relação às mesmas, ficando, portanto, todas participantes habilitadas para a fase seguinte, ou seja, abertura dos envelopes propostas. Encerrada a fase de habilitação foi dada a palavra aos presentes, sendo que não houve manifestação. Na seqüência, a Comissão consultou os licitantes participantes sobre a possível abertura dos envelopes proposta nesta mesma sessão, e, havendo a concordância unânime, conforme **Termo de Renúncia**, estes abrem mão do prazo legal de recurso a que têm direito a esta fase. Em seguida, procedeu-se a abertura dos envelopes propostas, para, rubrica, conhecimentos dos preços e condições. Concluída esta fase, a Comissão procederá posteriormente o julgamento das referidas propostas, do qual será lavrado ata e afixado no quadro próprio de avisos dos desta Unidade Escolar\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e Subsecretaria Regional de Educação\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ para que surta os efeitos de publicação conforme determina a Lei. Desta forma, encerra-se os trabalhos com a lavratura desta ata que após lida e achada em conforme vai assinada pelos membros da Comissão e licitantes presentes.  **PRESIDENTE**: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  **1º MEMBRO**: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ **2º MEMBRO: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **(Assinatura das Empresas): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_** |

ESTADO DE GOIÁS

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

SUBSECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

**\*\*\*\*\* – GOIÁS**

**DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA**

**Processo nº: \*\*\*\*\***

**Tomada de Preços nº. 00\*/2016.**

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CNPJ nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declara expressamente que **RENUNCIA** ao direito de recorrer da **FASE DE HABILITAÇÃO,** referente ao certame do Convite nº. 00\*/2016 e Processo nº. **xxxxxxxxxxxx/CÓDIGO DA ESCOLA.**

**Por ser verdade, firmo a presente.**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Assinatura**

**RG nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**TERMO ADITIVO**

Contrato n. º /2016 que celebram o ESTADO DE GOIÁS, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E A EMPRESA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, para os fins que especifica, sob as condições a seguir descritas:

**O ESTADO DE GOIÁS,** por intermédio do **CONSELHO ESCOLAR ........................... CNPJ N. º ...................................**, pessoa jurídica de direito público interno, representado neste ato pela (o) Presidente ..........................................., brasileira, ............., residente e domiciliada neste ................, inscrita no RG sob o nº...................... SSP-GO, e no CPF sob o nº.............................................., doravante denominada CONTRATANTEe a Empresa ....................................... pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos, sediada em ........................, na .................................... inscrita no CNPJ sob o nº .................................. Inscrição Estadual nº ............ doravante denominada apenas **CONTRATADA**, celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato que tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios para a Merenda Escolar, em 25% de acordo com o Edital de **Tomada de Preços**, fundamentado no artigo 57, II, da Lei 8.666/93, bem como cláusula oitava e décima segunda do ajuste, estabelecer o que segue:

# CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente termo aditivo tem como objeto o ACRÉSCIMO de \_\_\_% (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_) ao valor do contrato firmado entre as partes, em \_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_, nos termos previstos em contrato.

**2 CLÁUSULA SEGUNDA - DO ACRÉSCIMO**

2. 1.O valor do contrato, depois de acrescido, é R$ \_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_).

2.2 - A importância ora estabelecida corresponde ao valor do contrato vigente com acréscimo de \_\_\_\_% (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_);

2.3 - Os efeitos financeiros decorrentes do acréscimo vigoram a partir de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

### 3 CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO

3.1.O valor total deste termo aditivo para cobrir as despesas relativas ao acréscimo do contrato, pelo período \_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_) meses e \_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_) dias, é R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_).

# CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

* 1. O presente termo aditivo encontra amparo legal no artigo 65, alínea “b” do inciso I, combinada com o § 1º, da Lei n. º 8.666/93.

**5 CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS**

5.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE,

e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

#### Local\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_.

|  |  |
| --- | --- |
| **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  Nome completo  Presidente do Conselho | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ XXXXXXXXXXXXXXX  Representante legal da empresa |

**TESTEMUNHAS:**

|  |  |
| --- | --- |
| **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **NOME:**  **CPF:**  **RG n. º:** | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ **NOME:**  **CPF:**  **RG n. º:** |

# TERMO DE REFERÊNCIA/TERMO ADITIVO

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **UNID** | **QUANT** | **DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO** | **PREÇO UNIT.(R$)** | | **PREÇO TOTAL (R$)** |
| 01 | Pct | \*\*\* | **Arroz grão longo fino tipo I.** É o produto constituído de grãos de arroz (*Oriza Sativa L*.), classe longo fino, submetidos a beneficiamento e classificação de acordo com padrões estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, safra recente. O produto deverá ser constituído de matérias-primas sãs, limpas e isentas de matéria terrosa, de parasitas e de detritos animais e/ou vegetais. Acondicionado em embalagem plástica de 5 Kg, contendo a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade.  **OBS: MODIFICAR DESCRIÇÃO DO OBJETO CONFORME O PRETENDIDO NA AQUISIÇÃO.** |  | | **R$ \*\*\*** (\*\*\*\*) |
| **VALOR TOTAL ESTIMADO** | | | | | **R$ \*\*\*\*** | |
| **ENTREGA DOS PRODUTOS**  **( ) MENSAL ( ) QUINZENAL ( ) SEMANAL**  **( )INTEGRAL ( ) IMEDIATA ( X )PARCELADA**  **LOCAL DA ENTREGA DOS PRODUTOS:** | | | | | | |

**OBS: O quantitativo de gêneros alimentícios a serem adquiridos poderá ser REDUZIDO de acordo com a demanda de alunos e clientelas do semestre.**

**Obs**.: Para esclarecimentos de eventuais dúvidas a respeito deste, a empresa deverá entrar em contato com o Conselho Escolar \*\*\*, no Colégio Estadual \*\*\*, na Rua \*\*\*\*, \*\*\* – Goiás - fone/fax (062) \*\*\*, das \*\*h às \*\*h e das \*\*h às \*\*h, nos dias úteis.

#### Local , em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_.

|  |  |
| --- | --- |
| **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  Nome completo  Presidente do Conselho | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ XXXXXXXXXXXXXXX  Representante legal da empresa |

**TESTEMUNHAS:**

|  |  |
| --- | --- |
| **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **NOME:**  **CPF:**  **RG n.º:** | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ **NOME:**  **CPF:**  **RG n.º:** |